



TATE/SEFIN
61

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO : 20182700100559
 RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 124/2020
 RECORRENTE : WMG COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
 ELETRÔNICOS LTDA
 RECORRIDA : 2ª INSTÂNCIA TATE/SEFIN E FAZENDA
 PÚBLICA ESTADUAL
 JULGADOR : JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
 RELATÓRIO : Nº191/20/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02-VOTO DO RELATOR

Auto de infração lavrado em 23/10/2018, por que o sujeito passivo deixou de entregar arquivo magnético (SPED/EFD) do mês de dezembro/2016, conforme se comprova em fls. 05 e 06 do PAT. Nestas circunstâncias foi indicado como dispositivo infringido o artigo 406-A, § 3º, I; 406-C, § 8º, III e § 11; e 406-K, § 2º, todos do RICMS/RO (Dec. 8321/98 e para a penalidade o artigo 77, X, “e” da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado da autuação pessoalmente em 13/11/2018, apresentou peça defensiva em 23/07/2019 (fls. 28 a 31).

Submetido a julgamento de 1ª Instância (fls. 44 a 51), o julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, decidiu pela procedência da ação fiscal, entendendo que, restou provado a falta de entrega do SPED-EFD do mês de dezembro/2016. A 5ª alteração contratual apresentada pelo sujeito passivo, de fato, confirma que houve a extinção de sua filial de Porto Velho/RO. Todavia, não foi promovido o pedido de baixa de seu CAD-ICMS junto aos órgãos públicos de



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Rondônia, permanecendo com a obrigação de entrega dos arquivos magnéticos perante a SEFIN/RO. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo por via postal em 10/02/2020, conforme fl. 53 do PAT.

Irresignado com a decisão de 1ª Instância, o sujeito passivo interpõe recurso voluntário em 11/03/2020 (fls. 55 a 57), com as alegações que se analisa a seguir. É o relatado.

02.1-Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária ocorre em razão do sujeito passivo deixar de escriturar e entregar o SPED/EFD do mês de dezembro/2016. O relatório de fls. 05 e 06, indica entrega até o período de 11/2016.

Os dispositivos indicados como infringidos coadunam com a descrição da peça inicial, a penalidade tipificada também perfeitamente aplicável ao caso. A infração cometida pelo sujeito está devidamente provada pelo relatório de fls. 05 e 06.

O sujeito passivo autuado foi a filial estabelecida em Porto Velho/RO, com CNPJ: [REDAZIDO], que, de acordo com a Quinta Alteração Contratual, (fls. 17 a 20), registrada na Junta Comercial do Paraná em data de 05/09/2014, em sua cláusula nona, extingue essa filial.

Do que consta dos autos, verifica-se que em fl. 32, consta uma procuração efetivada pela Matriz do sujeito passivo, dando poderes ao patrono que ora representa a



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

empresa autuada nessa ação fiscal, para promover a defesa junto a qualquer instância ou Tribunal.

É fato, como já discutidos anteriormente que, a quinta alteração do contrato social extinguiu a filial estabelecida em Rondônia, todavia, é fato, também, que o sujeito passivo continuou, mesmo irregularmente desenvolvendo sua atividade pelo que consta do SPED/EFD do mês de novembro/2016. A extinção operada na alteração contratual, também teria que registrar na Junta Comercial do Estado de Rondônia, baixar o CNPJ da filial e, especialmente, requerer a baixa do CAD-ICMS perante a SEFIN/RO, nos prazos estipulados em legislação regente. **Dessa forma não foi procedida pela recorrente e, ainda mais, continuou operando como se estivesse com sua atividade normalmente, conforme comprovado nos autos.** Esse argumento não contribui para o deslinde da questão.

O fato alegado na peça recursal de que os reais sócios da empresa não foram notificados, tem-se que, de acordo com o Art. 121, § 3º da Lei 688/96, a apresentação da defesa, supre qualquer omissão ou defeito da intimação. Nos autos consta em fl. 32, procuração para o Patrono, assinada em 19/06/2019 para representa-la nas instâncias administrativas, que, foi notificado e ainda lhe foi entregue o conteúdo dos autos conforme se constata de fl. 14. Existe nos autos 04 (quatro) procurações ad-judícia, a 1ª em fl. 15, de 17/01/2019 onde o sócio Wagner [redacted], do estabelecimento CNPJ [redacted], constitui procurador para defesa dos autos, em 11/10/2018, procuração nos mesmos termos da anterior, o sócio Wagner [redacted], constituindo procuração para defesa perante a administração pública, já em fl. 32, procuração data de 19/07/2019 do estabelecimento matriz CNPJ [redacted] e seu sócio Diones [redacted], constituindo o mesmo procurador para defender



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

seus interesses perante qualquer juízo, instância ou Tribunal. Veja que o procurador da empresa (matriz/filial) foi constituído tanto pelo sócio que agora se alega não representar o estabelecimento filial como o sócio do estabelecimento matriz, caracterizando que, ambos tinham conhecimento dos fatos que lhes estão sendo imputados. Afastado, portanto, qualquer vício de representação, conforme alegado pela recorrente. **Esses argumentos devem ser afastados, eis que a recorrente está exercendo seu direito ao contraditório e a ampla defesa.**

Já se disse que a empresa com seu estabelecimento filial extinto pelo que se visualiza em fls. 39 a 42 (quinta alteração de contrato social), Cláusula nona. No entanto, a recorrente continuava exercendo sua atividade, conforme constatado emissão de nota fiscal em 01/11/2016, como a recorrente afirma, após mais de dois anos de sua extinção. **Esse argumento, data vênia, não favorece em nada para o deslinde da quaestio.**

A alegação em relação à declaração do SPED/EFD apresentados em 06/03/2017 se referem a declarações retificadoras. O fato é que apresentava movimentação de vendas, que a recorrente contesta, mas que está provado nos autos. O pedido de baixa, bem como, comunicar qualquer irregularidade em relação a atividade, é obrigação do contribuinte previsto na legislação tributária. No presente caso, a recorrente desenvolveu atividade, tendo seu estabelecimento extinto pelo contrato social, por mais de dois anos, funcionando irregularmente. O que exige no presente auto de infração é a falta de entrega do SPED-EFD do mês de dezembro/2016, isso está provado nos autos. A empresa durante o período entre 2014 e 2016, permaneceu com seu CAD-ICMS ativo, CNPJ ativo, ainda que o estabelecimento filial estivesse extinto conforme



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

contrato social. Fato é que no Estado de Rondônia não foi promovida registro de baixa de CNPJ, Alvará, CAD-ICMS.

Considerando que a infração restou provada, deve-se manter a procedência na forma já decidida em primeira Instância.

De todo exposto e por tudo que dos autos consta, conheço do recurso voluntário interposto para ao final negar-lhe provimento no sentido de manter a decisão singular que julgou procedente o auto de infração.

É como VOTO.

Porto Velho, 21 de junho de 2022.

~~HUÁREZ BARRETO MACEDO JUNIOR~~
RELATOR/JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20182700100559
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 124/20
RECORRENTE : WMG COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR – JUAREZ BARRETO MACEDO JÚNIOR

RELATÓRIO : Nº 191/2020/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 273/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : **MULTA – DEIXAR DE ENTREGAR O ARQUIVO EFD-SPED FISCAL - OCORRÊNCIA** – Comprovado nos autos que o sujeito passivo deixou de entregar os arquivos EFD-SPED FISCAL do período de dezembro do exercício de 2016. Infração não ilidida. Mantida a procedência do julgamento singular. Recurso Voluntário Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, por decisão unânime em conhecer do Recurso Voluntário interposto para ao final negar-lhe provimento, no sentido de manter a decisão de Primeira Instância que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Relator, constante dos autos, que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Juarez Barreto Macedo Junior, Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valladão Almeida de Carvalho e Manoel Matos Ribeiro Junior.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL

FATO GERADOR EM 23/10/2018: R\$ 3.260,50

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.**

TATE, Sala de Sessões, 16 de agosto de 2022.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Juarez Barreto Macedo Júnior
Julgador/Relator